



MULHERES NEGRAS E A MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTO ESTEVÃO NA BAHIA

Leniara da Conceição Silva¹

Resumo: O presente trabalho busca trazer uma breve análise sobre a reprodução da agricultura familiar, seja na produção de alimentos, ou na organização das suas comunidades pela iniciativa principalmente das mulheres, em sua maioria, mulheres negras na área de estudo pesquisada, o município de Santo Estevão na Bahia. O objetivo central do presente trabalho é analisar o papel das mulheres negras na manutenção da Agricultura Familiar e no fortalecimento das comunidades rurais do município de Santo Estevão na Bahia. O trabalho apresenta um recorte das estratégias que as mulheres negras lançam mão para fortalecer as poucas iniciativas de manutenção da agricultura familiar no município em cenário de pobreza e falta de políticas públicas mais direcionadas. A pesquisa foi realizada em três comunidades rurais do município, os resultados foram adquiridos por meios de aplicação de questionários e entrevistas contribuindo assim na formulação de análise e leitura da realidade estudada, principalmente aquela relacionada à reprodução da agricultura familiar pela ação das mulheres negras.

Palavras chave: Agricultura familiar, Mulheres Negras, Comunidades Rurais, Santo Estevão.

Abstract: This paper provides a brief analysis of the reproduction of family farming, whether in food production or in the organization of its communities, primarily through the initiative of women, the majority of whom are Black women, in the study area, the municipality of Santo Estevão, Bahia. The central objective of this paper is to analyze the role of Black women in maintaining family farming and strengthening rural communities in the municipality of Santo Estevão, Bahia. The paper presents an overview of the strategies Black women employ to strengthen the few initiatives to maintain family farming in the municipality. The research was conducted in three rural communities within the municipality. The results were obtained through questionnaires and interviews, thus contributing to the formulation of analysis and interpretation of the studied reality, particularly that related to the reproduction of family farming through the actions of Black women.

Keywords: Family farming, Black women, Rural communities, Santo Estevão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se configura enquanto um pequeno recorte das análises produzidas na dissertação de mestrado² realizado no campo do município de Santo Estevão, na Bahia,

¹ Professora Substituta em Geografia na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: lcsilva@uefs.br

² Mestrado acadêmico em Geografia realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo como financiamento as bolsas de pesquisas da Capes.



sobre o papel das mulheres negras na manutenção da agricultura familiar. A agricultura familiar enquanto categoria sociopolítica de trabalho e resistência, configura-se como a “engrenagem” diversa que ainda produz alimento de qualidade e que abastece a mesa de boa parte da população brasileira. Esta categoria de luta e trabalho, no município estudado, continua se reproduzindo nas pequenas porções de terras de forma muitas vezes precarizada e empobrecida. Segundo Wanderley (2017), a agricultura familiar se tornou a categoria consagrada, diversa que abrange todas as formas de agricultura baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como os laços comunitários de natureza ética.

Com base na noção da diversidade que é a agricultura familiar, observamos que são as mulheres, em sua maioria negras, que mantêm a forma de vida e trabalho familiar no campo de Santo Estevão. São as mulheres em sua maioria que plantam, colhem, trabalham e resistem mesmo com as intempéries da escassez de terra, da migração familiar e da falta de políticas públicas mais direcionadas a este grupo. O objetivo central do presente trabalho é analisar o papel das mulheres negras na manutenção da Agricultura Familiar e no fortalecimento das comunidades rurais do município de Santo Estevão na Bahia. Nesse trabalho, pretendeu-se analisar também as dinâmicas do espaço agrário na dimensão das transformações da agricultura familiar em Santo Estevão, município este localizado no interior da Bahia, inserido no Território de Identidade Portal do Sertão, próximo a 53 km da segunda maior cidade baiana, Feira de Santana e a 156 km da capital Salvador.

Assim, é de grande relevância social trabalhos que analisam e refletem sobre como se estabelece o papel das mulheres na agricultura familiar, que, muitas vezes, vem de forma invisibilizada. A figura do homem como o chefe da família e donos da terra cria uma cortina de fumaça que apaga a potencialidade e o trabalho coletivo das mulheres para a manutenção das comunidades rurais e principalmente para suas produções. Elas usam mão de conhecimentos ancestrais, estratégias de resistências baseadas também nas tecnologias sociais. As tecnologias sociais e identitárias que os sujeitos do campo constroem, em sua maioria saberes coletivos passados entre gerações, são potencialidades rurais que precisam ser fomentadas. Segundo Lima (2010, p. 93), “as tecnologias sociais buscam a inclusão social e melhoria das condições de vida das populações, fortalecendo a promoção do bem-viver e o cuidado coletivo com a vida na terra e em nosso país”. Nessa perspectiva, a ideia de tecnologia social vem ganhando uma importância muito grande no debate sobre a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e sustentável.

A diversidade que existe dentro da agricultura familiar serve para visibilizar todos os sujeitos que mantêm a resistência e a forma de vida no campo, e são as mulheres negras que



reproduzem suas estratégias e conhecimentos adquiridos entre gerações para a manutenção da agricultura familiar em Santo Estevão, além de resistir com a falta de terra e pelas ausências das políticas públicas mais direcionadas a esta categoria.

METODOLOGIA

O trabalho foi resultado de algumas experiências adquiridas na pesquisa de mestrado, no qual foram aplicados entrevistas e questionários, realizados em algumas comunidades rurais de Santo Estevão no qual teve como principal público as mulheres negras, estas com perfis diferentes, porém, com a mesma narrativa de luta, a manutenção da forma de vida e fortalecimento das suas comunidades. A área de estudo tem como recorte três comunidades rurais do município em questão, as comunidades do Paiaia, Lamarão e a Conga, no qual teve como procedimentos metodológicos as entrevistas com lideranças femininas rurais e os questionários com as mulheres agricultoras, pretas e pardas em sua maioria, mulheres que ainda mantêm o funcionamento das práticas agrícolas neste campo com auxílio de algumas redes familiares.

A QUESTÃO AGRÁRIA, MULHERES NEGRAS E A MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A questão agrária no Brasil se apresenta como algo contraditório e complexo por que criou mecanismos para o monopólio da terra em um território com histórico de escravização dos povos negros assim como o genocídio dos povos indígenas. Dessa forma, se expressa também a dominação patriarcal e racial dos elementos da natureza visto enquanto recursos naturais, sendo assim considerados mercadorias.

De acordo com o estudo feito por Souza (2019) a questão racial e a questão agrária são elementos indissociáveis para compreender a realidade social e fundiária dos países da América Latina, com histórico de colonização e expropriação das riquezas. Assim, Souza (2019, p. 244) compreende “a questão agrária como uma unidade contraditória de primeira ordem na luta de classes, determinada pela relação terra-trabalho-raça sob a égide do capital”.

É por meio da relação terra, trabalho e raça, principalmente nos territórios periféricos do sistema mundo que entendemos de forma dialética que só existe racismo porque o capitalismo criou e se alimenta dessa estrutura de poder e construção de subjetividades. O colonialismo é cria do capitalismo monopolista, sendo assim, a noção de raça e superioridade de um grupo em detrimento de outros só foi possível devido ao processo de desumanização



dos povos não brancos, assim, a ideia que se tem sobre a raça é uma concepção ideológica baseada no poder. No que tange a ideia,

O colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade se refere a um *padrão de poder* que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial (HOLLANDA, 2020, p.18)

No que tange a terra, os esforços que se criaram em desvincular a terra dos domínios dos povos pobres e não brancos estiveram e ainda permanecem em curso desde o princípio. Ações políticas de cunho racial como a Lei de Terras (1850) transformou a terra em uma mercadoria de valor, o que causou ao longo do tempo um cenário desigual no acesso a terra, restando aos pequenos agricultores, povos escravizados e excluídos os minifúndios, ou até mesmo a condição de sem terra, que perdura até os dias atuais. O modelo de lei de terras de 1850 implantado no Brasil foi diferente do modelo implantado em outros países que teve a escravidão negra. Nos Estados Unidos, por exemplo, implantou-se uma lei de terras similar, porém, a mesma possibilitou formas de acesso a terras para os povos escravizados pós-abolição, já no Brasil o processo foi diferente, pois a lei promulgada previa mecanismos capazes de impedir o acesso às terras para os afrodescendentes e pessoas pobres. De acordo com Maria do Carmo Brasil (2006), antes da implementação da Lei de Terras, iniciou-se o processo de discussão entre os abolicionistas, a exemplo de André Rebouças, a respeito da defesa da abolição do latifúndio como processo inseparável da abolição do escravo. No entanto, de acordo com a autora, o projeto abolicionista que lutava pela democratização das terras visando a sobrevivência e a integração do negro na sociedade de classe “foi sumamente atropelado pelos dispositivos da Lei de Terras, os quais foram criados, desde 1850, com o objetivo de preservar o monopólio de poder (a terra)”, monopólio esse sob o poder dos latifundiários escravistas (BRASIL, 2006, p.3).

Sobre o raciocínio, o estudo feito por Girardi (2022), por exemplo, trouxe uma análise extremamente necessária, o autor analisou a indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil fazendo uma análise histórica do racismo como estrutura que apartou a população negra do acesso a terra e como a escravidão foi o elemento chave para explicar a situação do negro no campo brasileiro, utilizando os dados do Censo Agropecuário 2017 para compreender a realidade atual. Contudo, é impossível não relacionar questão agrária com a questão racial em um país onde a Independência manteve a escravidão e a abolição do escravismo manteve o latifúndio. Os desafios dos negros e a condição de sem terra são duas faces da mesma moeda do problema estrutural mal resolvido.



No que tange a relação terra e dominação, antes mesmo dos primeiros navios negreiros trazendo corpos negros para serem transformados em mercadoria nas colônias da coroa portuguesa, as terras nesse território já eram transformados em monopólio de alguém, não mais dos povos originários, mas sim do sistema de poder colonial e branco que desautorizou todo e qualquer grupo não branco de ser possuidor desse território. A terra nessa condição precisou ser separada daqueles que não se constrói apartada dela. A terra, assim como o seu território, para os povos originários já fazem parte da sua existência, a terra é inseparável do ser, pois somente na relação com a terra podem ser em sua essência (SOUZA, 2019). Por isso, os elementos terra, capitalismo, colonização e racismo são faces da mesma moeda. Ainda de acordo com Souza (2019):

A terra no modo de produção capitalista é central, não apenas enquanto indispensável à vida em geral, o é, também, à medida que as relações contraditórias nas quais se assenta o capitalismo a condena como propriedade privada, a ser uma mercadoria e a compor diretamente a reprodução do capital, como capital fictício - renda da terra (SOUZA, 2019, p.234).

O exercício em compreender a estrutura fundiária extremamente concentradora do Brasil faz necessário voltar ao início do processo de colonização, entendendo a repartição de um território que se deu primeiro por meio das capitânicas hereditárias, em seguida pelo processo de sesmarias, surgindo posteriormente as grandes fazendas de produção do açúcar e de outros ciclos produtivos reverberados pela figura do latifúndio (GERMANI, 2006).

Souza (2019, p. 244) compreende “a questão agrária como uma unidade contraditória de primeira ordem na luta de classes, determinada pela relação terra-trabalho-raça sob a égide do capital”. No tocante a ideia, entende-se também que a produção do espaço se dá a partir da acumulação das formas espaciais ao longo do tempo por meio da ação dos agentes e pelo trabalho. Além disso, o espaço na concepção de Santos (2012) é resultado da acumulação desigual de tempos. Isto se explica pelas estruturas desiguais nas formas do espaço, a concentração fundiária e a reprodução das violências. Sabemos também que para os problemas estruturais não existem soluções rápidas e capazes de resolvê-las, no entanto, a organização, o aprendizado e a ação coletiva tem o poder de construir espaços fortes em desenvolvimento sustentável.

A concentração de terras no Brasil, elemento principal da questão agrária mal resolvida no país, afeta principalmente os agricultores mais pauperizados, os negros em sua maioria. Este cenário de pouca terra se encontra principalmente os agricultores familiares, grupo este que pode ser analisada enquanto uma categoria de trabalho e resistência alimentado por uma diversidade de sujeitos. No entanto, esta categoria não pode ser vista sem



o papel das mulheres negras e suas formas de lideranças, de sociabilidades rurais, de cooperação e de trabalho. Os agricultores familiares ocupam o campo da pouca terra onde reproduzem sua forma de viver e, mesmo com limitação fundiária, pode ser visto como uma “máquina humana” de produzir alimentos, uma vez que é esse modelo de agricultura que produz cerca de 70% de todo alimento consumido no planeta (CASTRO, 2015).

Em relação ao modo de vida e de trabalho, o agricultor familiar deve ser entendido através de uma característica principal, o caráter familiar da produção. Assim, o que torna um agricultor familiar reconhecido como tal centra na sua essência principal, o fato de os membros da família serem responsáveis pelo processo produtivo, combinando as atividades de administrar a produção e o trabalho na sua unidade familiar. Dessa forma, segundo Abramovay (1990):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional (...) a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1990, p.3).

Os elementos básicos que definem a agricultura familiar se centram na relação íntima entre terra, trabalho e família. Estão no ato de gerir a propriedade, tendo a mão de obra familiar como a principal força de trabalho. Essa dimensão específica é a forma mais apropriada para identificar se uma unidade produtiva pode ser inserida ou não na categoria social e política da Agricultura Familiar. Independente se a produção agrícola seja destinada ao mercado, ou se utiliza esporadicamente uma força de trabalho pago em tempos de colheita, por exemplo, essa propriedade rural continua sendo inserida na categoria da Agricultura Familiar. Em relação à categoria da agricultura familiar, a característica principal está na essência do trabalho e a que se destina a produção. O tipo de trabalho em que o agricultor familiar faz parte difere daquele presente na grande produção, caracterizada pela figura do latifúndio. A diferença se encontra nas relações não capitalistas de trabalho, a mão de obra familiar é considerada uma forma de trabalho não assalariado, cujo objetivo principal é a manutenção da família.



MULHERES NEGRAS E A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTO ESTEVÃO-BA

O município de Santo Estevão apresentava uma população de aproximadamente 53 mil habitantes no ano de 2021 (IBGE, 2020), possui um território rural com 82 comunidades (Figura 1), com diversidades de formas de vida e cultivo com a terra, com um perfil de trabalhadores rurais que se enquadram enquanto agricultores familiares. De acordo com Silva (2022), a Agricultura Familiar em Santo Estevão se insere em cenários de mudanças e negligências no que tange às políticas públicas mais direcionadas. Foi construída a ideia de que o desenvolvimento econômico está na cidade e na indústria, sendo assim, a agricultura familiar não precisaria de grandes investimentos do poder público, porém, a agricultura familiar vem resistindo por meio da ação dos agricultores, principalmente das mulheres e suas famílias, sobretudo, as mulheres negras.

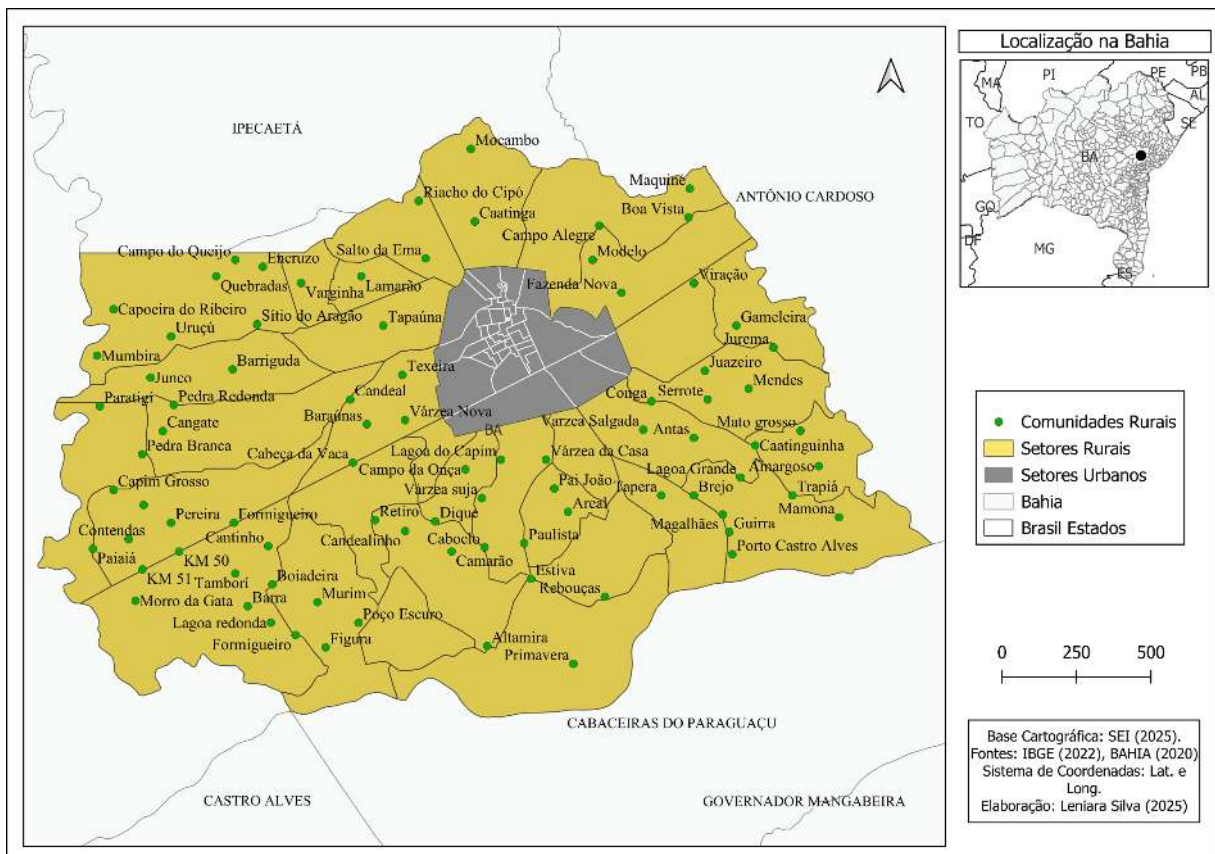


Imagem 1- Santo Estevão: Localização das Comunidades Rurais. 2025.

Fonte: IBGE (2022). Elaboração: Silva (2025).

Santo Estevão possui em sua história o papel destacada de sua forte produção agrícola, em especial a produção fumageira e as culturas de subsistências até a década de 1950, no



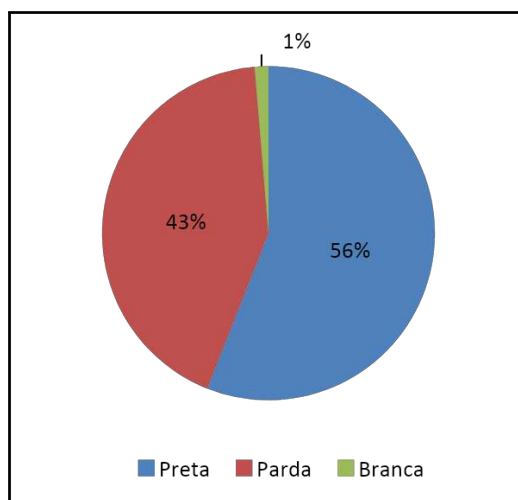
entanto, com a chegada do século XXI, a sua economia muda totalmente, os incrementos do comércio e dos serviços, acompanhado pelo papel da fábrica de calçados na cidade contribuiu para a queda progressivamente da produção agropecuária, tornando a o campo um espaço que perde população, além dos agricultores que perde o vínculo da agricultura familiar por se inserir nos trabalhos urbanos assalariados, segundo os dados do IBGE (2000) e as análises de Silva (2022).

O município apresentou números elevados de população rural, superior à população urbana até o ano de 2000, quando presenciou grandes transformações socioespaciais, não só na economia, nas principais fontes de rendas, mas também uma acelerada urbanização se comparado ao padrão das cidades pequenas do seu entorno. Antes um município eminentemente agrário, do fumo e da agricultura de subsistência, hoje uma população cada vez mais urbanizada, no que se refere aos valores culturais, aos mundos do trabalho e aos modos de vida, Silva (2022).

Assim como o espaço é constituído pelas suas formas, funções, processos que respondem a uma estrutura, este mesmo espaço é composto por pessoas, que trabalham e articulam suas atividades para (re)produzir seu modo de vida. Além disso, para além da perspectiva econômica, os sujeitos estabelecem sociabilidades e as vivências como parte integrante na formação dos lugares. Partindo deste pressuposto, as realidades percebidas nas comunidades visitadas, apresenta o objeto de estudo e os elementos que compõem a agricultura familiar nas comunidades rurais do Paiaíá, Conga e no Lamarão do município de Santo Estevão.

No que tange às pessoas que ainda mantêm a agricultura familiar funcionando no campo de Santo Estevão, o perfil dos sujeitos que se teve o contato mais direto foi majoritariamente feminino. Foram as mulheres - em sua maioria afrodescendentes, isto é, pretas e pardas, com baixa escolaridade, acima de 30 anos, mães, tanto casadas quanto às únicas responsáveis pelo ambiente familiar - que responderam os questionários em maior número. Graças à receptividade das mulheres agricultoras, foi possível construir um ambiente marcado pelo diálogo de proximidade e de escuta na pesquisa de campo. Neste perfil, 83% dos entrevistados foram mulheres, esposas e donas de casa, que em sua maioria se autodeclararam como pretas 56%, e 43% como pardas, conforme pode ser observado nos Gráficos 1.

Gráfico 1- Santo Estevão: Autodeclaração dos entrevistados nos estabelecimentos visitados- 2021.



Fonte: SILVA, L. C. Pesquisa de campo (2021).

De acordo com a maioria das entrevistadas, os homens em sua maioria estão empregados nos trabalhos urbanos ou naqueles trabalhos temporários fora dos estabelecimentos produtivos, dando às mulheres a responsabilidade das produções agrícolas e a dinâmica da casa. Além desta característica racial e de gênero, mais de 50% do perfil dos agricultores entrevistados possuíam acima de 40 anos de idade, agricultoras em especial, com acima de 3 filhos, um grupo de solteiras ou separadas, viúvas e aposentadas com baixa escolaridade. A realidade percebida foi que 60% dos sujeitos possuíam o ensino fundamental incompleto, muitos assinavam apenas o nome de maneira mecânica, o que caracteriza o que se chama de analfabetismo funcional, enquanto 12% completaram apenas o ensino fundamental e 20% alcançaram o ensino médio, (Silva, 2022).

Nesta perspectiva, no campo estudado, raça e acesso à terra são pares dialéticos que não podem ser analisados separadamente. Neste sentido, de acordo com o estudo feito por Souza (2019), a questão racial e a questão agrária são elementos indissociáveis para compreender a realidade social e fundiária dos países da América Latina, que são marcados pelo processo de colonização e expropriação das riquezas. Souza (2019, p. 244) compreende “a questão agrária como uma unidade contraditória de primeira ordem na luta de classes, determinada pela relação terra-trabalho-raça sob a égide do capital”. No tocante a ideia, entende-se também que a produção do espaço se dá a partir da acumulação das formas espaciais ao longo do tempo por meio da ação dos agentes e pelo trabalho. Além disso, o espaço na concepção de Santos (2012) é resultado da acumulação desigual de tempos. Isto se



explica pelas estruturas desiguais nas formas do espaço, a concentração fundiária e a reprodução das violências.

Compreende-se aqui que o racismo, enquanto estrutura sistêmica, sempre organizou a sociedade brasileira, ou pelo menos desde o estabelecimento do processo colonial. Processo que iniciou-se com a repartição do território através das capitânicas hereditárias, em seguida pelas sesmarias, além da Lei de terras de 1850 que privaram aos negros e indígenas ao acesso à terra e, por isso, a organização espacial desde o início já foi bem desigual em termos de raça. Assim, explica também o porquê da concentração de riquezas nas mãos de um seletivo grupo dominante, as materialidades espaciais assim como o domínio das terras. No sistema capitalista ter poder é possuir domínio econômico, social e político. Sendo assim, ainda de acordo com Oliveira (2011, p. 61), “[...] o poder econômico além de nos informar sobre as suas marcas nas desigualdades raciais historicamente criadas, nos apresenta a possibilidade da cidadania mutilada”

Terra, renda e trabalho ganham dimensões diferentes quando trabalhamos a relação entre agricultura familiar e a pobreza rural no município estudado. A limitação de terra enquanto forma desigual e estrutural no espaço não permite a construção de uma agricultura familiar produtiva, inviabilizando o processo de desenvolvimento rural para os mais pobres. Por outro lado, o fator terra também é elemento basilar que impede que a agricultura familiar exerça sua função com qualidade, no que tange à produção e à geração de renda. No cenário estudado, mais de 80% dos entrevistados viviam com menos de um hectare, muitos com apenas 2 tarefas de terras, dentre estes, 63% possuíam suas terras via herança familiar, com grande fragmentação da pequena propriedade (Silva, 2022).

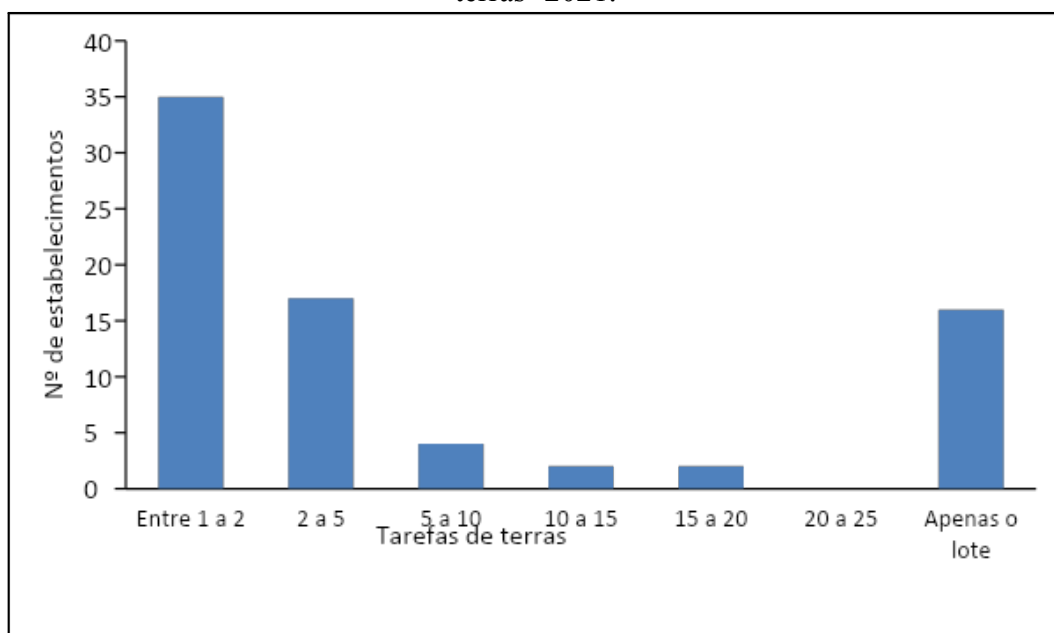
A terra continua sendo o elemento chave que mantém parte dos problemas estruturais enfrentados pelos agricultores e agricultoras no espaço agrário do município de Santo Estevão. Enquanto esse bem natural estiver concentrado sob o poder de poucos, os problemas de renda, trabalho e as escassas possibilidades de permanências no campo permanecerão. De acordo com último censo agropecuário (IBGE, 2017), 50,7% dos estabelecimentos rurais do município de Santo Estevão possuíam menos de dois hectares de terras. Para as comunidades visitadas, na Conga, Lamarão e Paiaia essa realidade foi bastante latente. Com relação às medidas fundiárias, os agricultores não utilizam o hectare como parâmetro, mas sim a tarefa.

No que tange aos agricultores questionados, 69% dos estabelecimentos visitados possuíam entre 1 até 5 tarefas de terras, área dividida entre o espaço de morada e as porções



destinadas aos cultivos, como pode ser observado no Gráfico 2. No entanto, para a comunidade do Paiaíá, por ser considerado um povoado, a maioria dos agricultores possui apenas a área do lote³, espaço que compõe apenas a casa de moradia e o pequeno quintal. As áreas eram consideradas minúsculas propriedades com quintais produtivos, porém, sem espaço para reproduzir os cultivos maiores de milho e feijão por exemplo. Assim, os agricultores plantam apenas as árvores frutíferas e plantas medicinais e criam as galinhas no mesmo quintal.

Gráfico 2- Santo Estevão: Total dos estabelecimentos rurais visitados em tarefas de terras- 2021.



Fonte: SILVA, L. C. Pesquisa de campo (2021).

No que compete aos cultivos agrícolas, muitas agricultoras da comunidade do Paiaíá trabalham realizando suas plantações em terras de terceiros, tanto dos vizinhos e familiares com maiores extensões de terras que cedem para os que não possuem, quanto nas terras dos proprietários considerados fazendeiros das áreas próximas. É por meio dos acordos verbais estabelecidos entre os envolvidos, que percorre gerações reproduzindo essa mesma prática, o que se intensifica com o tempo quando ocorre a fragmentação da pequena propriedade familiar.

Mesmo diante as limitações fundiárias, a agricultura familiar sob a ação das mulheres negras que mantém os cultivos, a produção de subsistência e a organização das comunidades. A agricultura de subsistência pode ser compreendida através de três elementos básicos: o

³ Na comunidade do Paiaíá a maioria dos entrevistados possuíam apenas o lote com pequenos quintais produtivos, nestes estabelecimentos sua área não chegava a 1 tarefa de terra (fração menor que um hectare) sendo consideradas enquanto minúsculas propriedades com apenas a área de moradia.



autoconsumo, a alimentação familiar e a ausência de fins lucrativos. As atividades agropecuárias no âmbito da subsistência no espaço agrário de Santo Estevão são desenvolvidas exclusivamente nas roças, nos minifúndios pelos pequenos agricultores e agricultoras, uma vez que é esse o perfil fundiário mais comum dos trabalhadores rurais mais pobres do município. A agricultura de subsistência faz parte das formas de reprodução da agricultura familiar e desempenha um papel importante ao minimizar os gastos com a compra de alimentos no mercado, posto que se refere à produção de alimentos (VEIGA, 1991; SCHNEIDER, 2003). Nas comunidades rurais de Santo Estevão, há uma diversidade de produtos que os agricultores cultivam nos seus quintais e nas roças, como pode ser visto na Figura 2.



Figura 2- Santo Estevão: Produção voltada ao consumo de subsistência, 2021.
Fonte: Trabalho de campo (2021).

Considerando a forma como uma fração do espaço em sua totalidade, as limitações fundiárias em que os agricultores vivenciam é o resultado do processo contraditório do acesso à terra no Brasil. Segundo Santos (2012, p. 59), “ [...] as formas em si mesmas, isto é, os objetos geográficos, deixavam de ter um papel exclusivamente funcional. As coisas nascem já prenhes de simbolismo, de representatividade, de uma intencionalidade [...]”. Nesta perspectiva, a estrutura fundiária de Santo Estevão responde à lógica desigual inerente à produção do espaço agrário no capitalismo. A falta de terra inviabiliza processos de ascensão social e, por isso, impacta a qualidade de vida dos agricultores familiares, as mulheres negras



em especial, grupo que ainda é um dos mais afetados com a falta de uma reforma agrária eficiente no país.

Nesta perspectiva, no espaço agrário das comunidades visitadas, um dos elementos mais marcantes consiste na dificuldade que os agricultores familiares enfrentam ao buscar viver apenas da pequena produção. Para muitas famílias, a agricultura não é considerada enquanto fonte de renda principal, mas sim secundária para a subsistência. Quando perguntado sobre as principais dificuldades em viver nas comunidades rurais, as entrevistadas mencionaram a falta de trabalho que dê uma renda maior, como podemos observar em alguns depoimentos abaixo.

- Falta trabalho, falta de renda, só a agricultura não garante o sustento (COSTA, J.C. 2021)
- Falta de renda, e a chuva são os principais (SILVA, S.M. 2021)
- A distância dos serviços, as ausências e a falta de trabalho (LEAL, D. R. 2021)
- O trabalho, meio de sobreviver (salário), aqui a gente tem que sair pra ter dinheiro (SILVA, S.S. 2021)
- Falta de água, melhorar a renda das famílias que é baixa (SANTOS, B.G. 2021)
- Transporte, saúde ruim, falta renda (BARBOSA, J. 2021)
- Renda pouca, falta trabalho, acesso aos serviços, isso deixa tudo mais difícil (SOARES, N. D.2021)

As redes familiares de apoio financeiro no campo são consideradas como válvulas de escape para muitas famílias, o que deixa evidente o quanto políticas públicas de desenvolvimento rural podem transformar a qualidade de vida dos sujeitos não urbanos. No que tange a reprodução do trabalho familiar:

Nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo. Afinal, o conceito de 'trabalho produtivo' foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista (PAULILO, 2004, p.245).

A falta de renda agrícola exige que as famílias diversifiquem suas atividades se inserindo em funções fora do estabelecimento produtivo, porém, inserir-se nos trabalhos não agrícolas não significa eliminar a condição de pobreza, já que, via de regra, os agricultores e agricultoras encontram apenas trabalhos temporários ou sem grandes ganhos.

Entretanto, não se pode negar que existem diferenças entre as famílias que apenas vivem da agricultura e dos repasses federais com aquelas que exercem outras funções, ligadas às melhores condições de vida. A precariedade na renda das famílias é uma realidade preocupante, precisam ser fomentadas diversas articulações entre os agentes públicos e entre os agricultores e seus órgãos que os representam para mudar de cenário.

Percebemos aqui que no campo da agricultura mais pauperizada, existe uma verdadeira institucionalização da pobreza. A pobreza é vista como um fenômeno natural, os



agricultores enxergam como algo ligado a não aquisição do trabalho assalariado na cidade, já que o que se planta “é só para comer” como afirmam muitos deles. No entanto, são as pequenas produções da agricultura familiar, reproduzidas ainda pelas mulheres e idosos que são considerados enquanto elementos muito importantes na alimentação de muitas famílias rurais do município de Santo Estevão. Até mesmo a prática ancestral do uso do pilão para moer milho e produzir fubá, prática esta difícil de ser encontrado nos espaços rurais estudado, observamos em uma das comunidades visitadas, como pode ser observado na Figura 3. Segundo os moradores, antes era comum o uso deste equipamento tradicional, para ser utilizado no processo de trituração do milho, no entanto, muitos jovens deixaram de utilizar o pilão devido o trabalho “penoso” e demorado, além disso, optam pela facilidade da compra dos flocos de milho para produzir o cuscuz nos mercados, prato famoso em muitas áreas do Nordeste, fatores que contribuíram para o desaparecimento do uso do pilão entre muitas as famílias.



Figura 3- Santo Estevão: uso do pilão para moer o milho seco na Comunidade rural do Paiaíá, 2019.

Fonte: Foto disponibilizada pelas agricultoras da comunidade. Pesquisa de campo (2021).

Segundo Silva (1999, p.161), “[...] práticas como o autoconsumo, a reutilização de produtos, a redução do endividamento e a ajuda mútua aparecem não como signos do atraso de uma agropecuária arcaica, mas como estratégias de adequação a condições adversas”. O cultivo feito no próprio estabelecimento rural familiar, como feijão, mandioca, milho, além da criação de galinhas, porcos e derivados contribuem para diminuir as despesas com produtos



na feira e nos supermercados, constituindo-se, pois, em uma das estratégias de sobrevivência dos agricultores.

Além disso, é comum encontrar entre os agricultores o ato de dividir entre eles uma parcela do excedente das produções. Muitos optam por não vender o que sobra para doar entre os agricultores mais próximos o restante do que retira nas colheitas. Uma prática ancestral das mulheres negras no cuidado com os seus e sua comunidade, que perdura até hoje na reprodução do modo de vida rural. No que tange às práticas ancestrais, a casa de farinha se insere enquanto um espaço de resistência e reprodução de sociabilidades camponesas, como podemos observar na Figura 4.



Figura 4- Santo Estevão: Raspagem da mandioca na casa de farinha, comunidade do Paulista, 2021

Fonte: Print do vídeo do canal “Boa Sorte Viajante”- You Tube (2021).

O sistema capitalista constrói espaços de individualidade, exploração do trabalho, aniquila os saberes locais, no entanto, entre os espaços rurais para além da lógica capitalista, existem aqueles em que emergem a solidariedade e cooperação comunitária, que atravessam gerações, a exemplo do “compartilhamentos” como afirma Nego Bispo (2023). As poucas casas de farinhas que ainda resistem no campo de Santo Estevão são marcas nos territórios das sociabilidades camponesas. No entanto, para além das sociabilidades e trocas familiares as casas de farinhas são espaços de trabalho, e são as mulheres negras, principalmente, que estão presentes na reprodução e dinâmica destes espaços.

As mulheres, negras em sua maioria, sempre estiveram presente no trabalho agrícola, na manutenção das redes nas suas comunidades, dando continuidade às práticas tradicionais da agricultura familiar. Até mesmo a bata de feijão em que a função dos homens é bater o



feijão, as mulheres ficam com a função de limpar, auxiliando também para a reprodução da tradição. Assim, para Davis (2016):

As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver. A prova das forças acumuladas que as mulheres negras forjaram por meio de trabalho, trabalho e mais trabalho pode ser encontrada nas contribuições de muitas líderes importantes que surgiram no interior da comunidade negra (DAVIS, 2016, p.241).

O destaque das mulheres negras foi perceptível, uma vez que, em sua maioria, são os homens que criam maiores vínculos com os espaços fora dos estabelecimentos familiares, são eles que mais estão inseridos na pluriatividade, nos trabalhos temporários na cidade, nos espaços de sociabilidade e lazer que nem sempre se inserem enquanto espaços construídos para as mulheres, como os bares e campo de futebol. A relação entre o público e o privado caberia na análise, o lar e tudo que diz respeito à manutenção do estabelecimento familiar é destinado às responsabilidades das mulheres, já os trabalhos fora de casa e os espaços de sociabilidades e lazer, como campos de futebol e bares, ficam sob uso dos homens. No entanto, o privilégio de trabalhar fora da unidade familiar para os homens, o entretenimento fora de casa só é possível por que “os papéis das mulheres na procriação, criação da prole e manutenção da casa possibilitam que os membros de sua família trabalhem – trocando sua força de trabalho por salários –, e isso dificilmente pode ser negado.” (DAVIS, 2016, p.243). Dessa forma, para o imaginário social de uma sociedade patriarcal e machista, “como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (DAVIS, 2016, p.241). Isto explica também a resistência de muitos homens rurais em aceitar a ida das suas esposas para trabalhar na cidade, por exemplo, principalmente se apenas a mulher conseguir se inserir nos trabalhos fora da unidade familiar e o esposo não.

Outro elemento observado foi a função das mulheres negras na organização das suas comunidades. Nas áreas visitadas, existiam associações de agricultores familiares, a função destas organizações se baseia no diálogo e na parceria com o poder público para a aquisição de políticas públicas e ações políticas para a melhoria das comunidades. As associações ainda se inserem enquanto escassas organizações políticas para lutar pelo bem comum das comunidades e dos agricultores. Nas três comunidades visitadas, todas as presidentes das associações eram mulheres negras, com uma atuação política de fortalecer a comunidade e buscar políticas públicas para o bem viver em suas áreas. Além disso, em Santo Estevão existe um sindicato dos trabalhadores rurais do município (SINTRASE) que é liderado e



organizado por 90% de mulheres. Cenário este que reflete a ação das mulheres na manutenção e luta pelos direitos dos agricultores familiares, resistindo a falta de terra, negligências do poder público e poder patriarcal que ainda domina a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo referência a divisão do trabalho por meio do gênero, na área de estudo foi observado que os homens se encontram mais nos trabalhos fora dos estabelecimentos produtivos, nas atividades urbanas, enquanto são as mulheres que gerenciam e mantêm o ambiente familiar em equilíbrio. As produções agrícolas ficam sob tutela delas e dos filhos, que não estão trabalhando fora, uma vez que a presença dos maridos se insere em outros tipos de atividades, demandando seu tempo e energia. No que tange ao trabalho e os perfis produtivos encontrados nas comunidades, percebeu-se que a agricultura familiar, ao longo do tempo passou por fragilidades culminando na diminuição da pequena agricultura, o que prevalece ainda é a agricultura de subsistência. A função que existe na produção agrícola para a subsistência da família é concebida como um vetor extremamente importante que auxilia na autonomia e soberania alimentar. Configura enquanto processo mais comum encontrado nos estabelecimentos produtivos visitados e são desenvolvidas em maior número, possuindo maior importância no aspecto econômico da família, se comparadas às atividades agrícolas destinadas ao mercado. É uma relação também de causa e efeito, forma que responde aos processos da estrutura fundiária do município estudado. As pequenas roças desenvolvidas pelas mulheres, em sua maioria, são elementos fundamentais para o alimento da família e estratégia de economia com compras na cidade.

A agricultura familiar de Santo Estevão, atualmente, quem ainda mantém as atividades agrícolas funcionando são os adultos e os idosos, as mulheres em especial. 83% das entrevistadas foram as mulheres, negras em sua maioria, que permanecem em maior número na reprodução da agricultura familiar. A juventude rural está inserida em maior grau nos trabalhos urbanos, assalariados na fábrica, no setor público municipal e no comércio. A não adesão dos jovens à agricultura é consequência da fragilidade da agricultura familiar, além das influências da modernidade que cria modelos de sociedade, de trabalho e de sociabilidades. O modelo de trabalho a ser inserido é o assalariado, urbano e estável, mesmo que este seja mal remunerado, exploratório e seletivo.



A pobreza não pode ser um elemento sempre presente nos espaços que possuem riquezas diversas, é preciso construir iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações territoriais nas comunidades. A emancipação das mulheres, por exemplo, deve ser fomentada nos espaços rurais de Santo Estevão, são elas que os efeitos da pobreza atingem em maior grau. Além disso, a mudança produtiva da agricultura familiar deve iniciar pela ação das mulheres, elas que são as principais lideranças rurais, que estão mais ativamente nas organizações dos estabelecimentos produtivos e na manutenção das famílias. Pensar em espaços rurais fortes em produção e coletividade sem priorizar as mulheres é contribuir ainda mais pela invisibilidade feminina, fortalecendo assim o poder do patriarcado, tão presente no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores familiares: Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

BRASIL, Maria do Carmo. Formação do Campesinato Negro no Brasil: Reflexão categorial sobre os fenômenos “quilombo”, “remanescente de quilombo” e “comunidade negra rural”. in: Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS. **Anais...ANPUH**, 2006

CASTRO, P. F. L. **Agricultura Familiar, Habitus e Acesso à Terra**. Revista Brasileira de Sociologia do Direito, Porto Alegre, Abrasd, v. 2, n. 2, p. 91-105, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/17>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. Boitempo, São Paulo, 2016.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil : análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017** / Eduardo Paulon Girardi. – São Paulo : Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GERMANI, I. G. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**. Salvador, v.2, n.2, p.115-149. 2006



IBGE. Censo agropecuário. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso: 20 de jun. 2020.

_____. População rural e urbana. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 20 jan. 2025.

LIMA, V. Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade. In: Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. **REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil)** (Org.). Brasília-DF, 2010

PAULILO, M. I. S. **Trabalho Familiar: Uma Categoria Esquecida De Análise**. Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do homem**. 5ª edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2012.

_____. **Espaço e Método**. 5ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2020.

_____. **Por Uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SILVA, O. H. Agricultura Familiar: Diversidade e Adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 12: 161-167 JUN. 1999

SOUZA, C. L. S. **Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico Estrutural no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

SILVA, Leniara da Conceição. **Do fumo à fábrica: transformações no espaço agrário e suas implicações na agricultura familiar de Santo Estevão BA/** Leniara da Conceição Silva- Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências. Salvador, 2022.

OLIVEIRA, D. A. **Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P (Orgs). **Agricultura Familiar no Brasil: desafios e perspectivas de futuro**. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Cap.2, p.66-83

VEIGA, J. Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec. 1991